

Transformações militares,  
políticas e sociais  
na virada para o Período  
Moderno  
a partir da *Doutrina militar*  
(1598) de Bartolome Scarion  
de Paiva

Military, political and Social  
Transformations  
at the turn to the Early  
Modern Times  
on the basis of Bartolome  
Scarion de Pavia's *Doutrina  
Militar* (1598)

Peter Johann Mainka<sup>1</sup>  
José Carlos Gimenez<sup>2</sup>

**Resumo:** Inspirado nas histórias das guerras e das batalhas do passado, assim como nos grandes feitos dos líderes que delas participaram, o italiano Bartolome Scarion de Pavia publicou, em 1598, o livro *Doutrina militar*. A narrativa dessa obra tem por objetivo mostrar aos leitores, aos governantes e, principalmente, aos combatentes, como uma batalha regida com técnica e racionalidade pode ser benéfica para promover a paz nas cidades e nos reinos. Sem romper definitivamente com os ideários bélicos da Antiguidade Clássica e da Idade Média, essa obra também possibilita uma leitura sobre como uma guerra, realizada com paixão, discernimento, propósitos cristãos, poderia favorecer a governança dos reis e engrandecer as monarquias nacionais, bem como dignificar os beligerantes que lutam pela pátria e pela religião cristã, especialmente os que vivem sob a Monarquia Ibérica conduzida por Filipe II de Espanha, I de Portugal (1527-1598). Na obra do Bartolome Scarion de Pavia se refletem, exemplarmente, as transformações militares, políticas e sociais, ocorridas na virada da Idade Média para o Período Moderno.

**Palavras-chave:** História medieval; História moderna; Monarquias ibéricas; Exércitos; Transformações históricas.

**Abstract:** In 1598, the Italian Bartolome Scarion de Pavia published the book *Military doctrine* inspired by the stories of wars and battles of the past and in the acts of their generals. The narrative of this work wants to show the lecturers, the rulers and especially the combatants how a battle directed by technique and rationality could be a benefit to promote peace in cities and kingdoms. Without breaking totally with the war ideals of the Classic Antiquity and the Middle Ages, this work further makes possible a lecture on how a war, carried out with passion, discernment, for Christian purposes and God's will can favor the government of the kings and enlarge their national monarchies as well as dignify the soldiers who fight for their homeland and Christian religion, especially those who live in the Iberian Monarchy reigned by Philip II. of Spain, I. of Portugal



(1527-1598). In the work of Bartolome Scaron de Pavia, the military, political e social transformations occurred at the turn from the Middle Ages to the Early Modern Times, are reflected in an exemplary way.

**Keywords:** Medieval history; Modern history; Iberian monarchies; Historical transformations.

Peter Johann Mainka / José Carlos Gimenez  
Transformações militares, políticas e sociais na virada para o Período Moderno  
a partir da *Doutrina militar* (1598) de Bartolome Scaron de Paiva



## Introdução

A obra *Doutrina militar*, de autoria do italiano Bartolome Scarion de Pavia, foi publicada em Lisboa no ano de 1598 e dedicada ao fidalgo e mordomo-mor do reino Dom João da Silva<sup>3</sup>, conde de Portoalegre, comendador da Ordem de Calatrava e um dos cinco membros do Conselho de Regência do Reino de Portugal, entre 1593 e 1598. Esse período coincide com a União Ibérica (1580-1640). A obra, por sua vez, define, em seu subtítulo – a milícia como uma arte a serviço da monarquia e da fé católica –, que uma milícia aprovada por Deus traria benefício aos homens. Contudo, segundo o autor, uma verdadeira milícia deveria ser conduzida com arte e com retidão por todos os envolvidos, em uma escala que começaria pelo capitão-geral até chegar ao soldado, por menor que fosse a sua função na composição do exército.

Apesar da União Ibérica, estabelecida contra resistências iniciais, continuaram existindo dúvidas sobre a lealdade dos portugueses em relação à Coroa Espanhola, que levaram as autoridades a decidir “[...] manter em terras lusas mais de vinte presídios [guarnições militares] de ‘gente de guerra de qualquer nación que no sea Portuguesa’, os quais permaneceram sob as ordens de um Capitão-Geral que também não era natural do Reino” (ALVAREZ, 2000, p. 135). A presença dos soldados castelhanos criou, várias vezes, conflitos com a população de Portugal. Assim, o tratado de Bartolome Scarion de Pavia pode ser entendido também nessas condições políticas gerais em Portugal no fim do século XVI, quando a União Ibérica passou por uma fase difícil.

Ainda que não seja de forma clara ou por tópicos separados, a *Doutrina militar*, que está no centro das nossas reflexões, pode ser dividida em questões temáticas: (1) a necessidade de criação de milícias para ordenar a sociedade; (2) as qualidades essenciais a um capitão-geral para comandar e exercer com arte os ofícios da guerra; (3) o que é um exército, como ele deve ser estruturado internamente e conduzido na hora da batalha; (4) como sitiar, tomar e manter uma cidade, ou uma fortaleza inimiga; (5) como deve ser estruturada a hierarquia, a disciplina e as penalidades aos que violam as regras militares; (6) quais as principais armas, e como elas devem ser cuidadas e manejadas; (7) a importância da execução e do conhecimento dos sons dos tambores e da vibração das bandeiras como indicadores da arte militar; (8) a necessidade da presença de oficiais civis para julgar possíveis delitos cometidos fora das esferas militares; e (9) a formação de um Conselho de Guerra composto por homens com larga experiência nas guerras. Com isso, esperava-se que os

combatentes agissem com disciplina física e moral, superassem os medos, vencessem as batalhas e restabelecessem a regularidade social e os princípios religiosos católicos.

Pode-se afirmar que narrativa contida no livro foi inspirada nas arengas ocorridas no passado ao apresentar um discurso eloquente e motivacional solenemente articulado, que objetiva elevar a consciência dos destinatários, principalmente dos homens de guerra, antes, durante ou na conclusão de determinada batalha. Segundo Ferreira Henriques, o gênero da arenga militar remonta à Grécia Antiga, principalmente em autores como Homero e Tucídides – autênticos antecessores desse tipo de narrativa literária –, os quais contribuíram para que no futuro ela se transformasse em um componente ativo da historiografia e da épica latina, assim como da historiografia bizantina e medieval. Embora a essência fosse a mesma, a arenga militar sofreu adaptações formais e ideológicas segundo os diferentes contextos em que foi escrita (FERREIRA HENRIQUES, 2012, 2014).

No livro de Bartolome de Scaron, essas adaptações são encontradas com muita clareza, uma vez que recorre a essa tradição literária nascida na cultura clássica para exemplificar as estratégias que levaram a vitória, ou a derrota de exércitos e nações. Da mesma forma, o texto pode ser compreendido como um arbítrio, ou seja, o uso da força militar com objetivo a aprimorar a administração dos domínios espanhóis. Elaborada para exaltar os ofícios da guerra, ele incorpora concepções de guerra justa e guerra santa florescidas e cultivadas no pensamento cristão da Idade Média, porém atualiza e adapta essas concepções para a realidade política das monarquias do século XVI. Vale lembrar que, nesse contexto, a obra de Francisco de Vitoria (1483-1546), representante da neoescolástica espanhola e da Escola de Salamanca, contribuiu muito com as suas reflexões sobre a guerra justa para o desenvolvimento do Direito Internacional e da sua emancipação da teologia (VITORIA, 1997).

### **Reformas na arte de guerra: a revolução militar**

Para Kleinschmidt (2009, p. 223), diferentemente de períodos anteriores, a partir do século XV, a guerra passou a ter um impacto sobre a vida de toda a sociedade, tanto em sentido indireto – para aqueles que dela não participavam, mas que sentiam o peso da cobrança de impostos ou do aumento das guerras –, como, de forma direta, pelo alargamento dos estratos sociais dos combatentes e pela necessidade crescente de normatizar a guerra, para garantir a ordem e a

disciplina. Devido a isso, ela se converteu em matéria de um crescente número de escritores eruditos dedicados aos assuntos militares: manuais de artilharia, etnografia militar, tratados sobre o direito de guerra e tratados didáticos sobre a “arte da guerra”, entre outros.

O texto de Bartolome Scaron de Pavia faz parte de uma série de tratados científicos (ROSSI, 2001, p. 57) que impulsionaram e/ou refletiram a assim chamada Revolução Militar, ocorrida entre os anos de 1560 e 1660 (BLACK, 1991; PARKER, 1988; ROGERS, 1995). A partir da transição da Idade Média para o Período Moderno, houve mudanças significativas na arte de fazer guerra, como a sucessiva suplantação e substituição dos cavaleiros medievais por exércitos de mercenários, que lutaram em formação, pressupondo uma ação exata e uniforme, muitos exercícios antes das batalhas e um maior grau de disciplina. Um reflexo prematuro dessa alteração encontra-se nas obras de Niccolò Machiavelli como no seu famoso *Príncipe* (MAQUIAVEL, 2010) ou no seu estudo *Dell’Arte della Guerra* (MACHIARELLI, 1520). As ideias da Antiguidade sobre a guerra e o modo de fazê-la foram retomadas na época do Renascimento e do Humanismo. Outros elementos da reforma militar se desenvolveram, mais significativamente, a partir da segunda metade do século XVI.

A derrota do Príncipe Carlos, o Temerário (1433-1477) na batalha de Nancy, em janeiro de 1477 pela infantaria suíça, selou o fim da guerra com base num exército feudal. Experiências práticas nos campos de batalha na Itália, seja contra as tropas suíças, seja contra o exército francês, levaram as tropas espanholas a reformar e modernizar partes do seu exército, alcançando uma superioridade militar até o século XVII.

A vertente dessa superioridade formava, de novo, como no caso dos suíços, a infantaria. Os soldados a pé do exército espanhol foram logo organizados na Itália pela formação famosa dos *tércios*, que chegaram após uma série de reformas e reorganizações à sua manifestação e funcionamento clássicos durante as suas operações nos Países-Baixos. Desde a reforma de 1568, o *térccio* flamengo teve, em princípio, 3.000 praças: doze companhias, cada uma de 250 soldados, dos quais dez companhias de lanceiros, ou seja, soldados a pé, armados com uma lança que tem 4,60 metros de comprimento, e duas companhias de arcabuzeiros atiradores armados com um fuzil pesado de infantaria. Comandados por um capitão e outros dez oficiais, inclusive o capelão, estes *tércios* operaram como quadrados enormes de aproximadamente 3.000 praças, que se locomoveram no campo de batalha como um



mecanismo de relógio, combinando numa tática afinada e exercida a força dos fuzis com a força das lanças (SCHILLING, 2007, p. 71).

Diante dessa superioridade militar do exército espanhol nos Países-Baixos, os dirigentes das tropas holandesas e os príncipes de Orange reagiram e iniciaram, nas décadas de 1570 e 1580, uma reforma militar,

[...] que proporcionou à pequena república não somente derrotar a maior potência militar da Europa numa Guerra de independência de 80 anos, mas também torná-la – além disso e ao longo prazo talvez ainda mais eficazmente – um mito de superioridade militar e, em geral, social (SCHILLING, 2007, p. 72).

As reformas militares dos Países Baixos, baseadas por um lado na dinastia regente dos Orange e, por outro lado, nas instituições republicanas e burguesas, se tornaram modelos para todos os outros países da Europa. Os primeiros passos dessas inovações modernizantes foram iniciados pelos representantes da dinastia dos Orange, sobretudo com Maurício de Orange, Conde de Nassau-Dillenburg (1567-1625) – filho de Guilherme de Orange, o Taciturno (1533-1584), e *stadhouder* [regente], capitão-geral e comandante supremo das tropas e da marinha das Sete Províncias Unidas dos Países Baixos –, e o seu irmão mais jovem e sucessor, Frederico Henrique de Orange (1584-1647). Eles inovaram a questão militar tanto na prática quanto na teoria, resultando numa quantidade enorme de publicações referentes ao tema. Foram discutidos detalhes de tática e estratégia, questões de organização, disciplina e treinamento, assuntos de tecnologia das armas e matérias da formação militar e da psicologia.

Com base no pensamento de Justus Lipsius (1547-1606), filólogo e humanista da época, que recorreu às ideias estoicas e militares da Antiguidade, eles começaram a reformar, modernizar e inovar o exército dos Países Baixos. Justus Lipsius, que foi por um tempo (1583/1584) educador do príncipe Maurício de Orange, defendeu um conceito rigoroso de disciplina e disciplinamento por meio de exercícios diários e autocontrole – ideias não totalmente novas, sendo centrais na época da confessionalização, mas a sua aplicação geral e consequente na organização e no emprego do exército era novo. A chamada “Reforma militar de Orange”, idealizada por Maurício de Orange, resultou numa melhoria e num fortalecimento considerável da força militar das tropas holandesas, sobretudo na defesa contra o exército espanhol na Guerra dos 80 Anos.

Pela primeira vez em 1589, as ideias teóricas foram realizadas na prática. Na formação dos soldados, privilegiou-se a questão psicológica, destacando o ensino de dedicação, tranquilidade e imperturbabilidade no sentido da filosofia neoestóica, e, na luta militar, o exercício disciplinado e preciso das obras, passo por passo, ação por ação, para garantir o funcionamento automático da “máquina” militar também em situações de exceção (SCHILLING, 2007, p. 72). Com base nessas reformas, as tropas holandesas conseguiram, a partir da década de 1590, resistir à superioridade da Espanha e alcançar algumas vitórias espetaculares. Em seguida, as tropas de outros Estados, como a Inglaterra, adotaram as reformas militares dos Países Baixos.

Outra figura importante na realização de reformas militares foi o rei sueco Gustavo II Adolfo (1594-1632). No entanto, deu mais destaque à questão da ofensiva e do uso calculado da artilharia. No início do século XVII, as primeiras academias militares foram fundadas para ensinar os novos conhecimentos teóricos e práticos na arte da guerra aos jovens oficiais: em Sedan/França (1608), em Siegen/Alemanha (1616/1617) e o Colégio Imperial em Madri (1625) (REINHARD, 2002, p. 344ss.).

Assim, a guerra e o modo de fazê-la entraram, no fim do século XV, num processo de transformação, que passou por várias etapas. Os antigos blocos quadrados dos suíços e os *tércios* espanhóis desenvolveram muita força militar, agindo, porém, de forma muito lenta e pesada. Aos poucos, os blocos e *tércios* foram substituídos por formações menores e/ou de linhas, garantindo a atuação conjunta e permanente das linhas colocadas uma atrás da outra, revezando-se em atirar, carregar e preparar a entrada em ação. Com isso, as monarquias daquele período acentuaram a questão da formação dos futuros soldados: treinamento e exercícios regulares e frequentes, disciplina e disciplinamento e a uniformização dos movimentos e do posicionamento se tornaram a base fundamental de uma ação forte e decisiva das tropas.

As unidades militares foram notavelmente diminuídas, a fim de possibilitar maior flexibilidade. Novas tecnologias, novos gêneros de armas foram desenvolvidos e usados como as armas de fogo, em uso crescente, e a artilharia. A cavalaria, agindo em conjunto com a infantaria, estava perdendo a sua importância exclusiva nas batalhas; no século XVI ainda atuavam de forma pesada com cavaleiros blindados, como no caso das tropas espanholas nos Países Baixos, ou de forma mais flexível com cavaleiros armados somente de sabre e/ou de arcabuzes menores. Finalmente, as construções das fortificações mudaram muito ao longo dos séculos XV e XVI, uma vez que se desenvolveram



os critérios científicos e as regras da engenharia, que foram fundamentais para completar essas transformações.

As reformas militares modernizantes foram relacionadas, estreitamente, com transformações fundamentais de Estado e sociedade: por um lado, o crescimento do Estado em formação, a extensão das suas competências, a institucionalização da sua administração e burocracia e a formação do monopólio exclusivo de poder e violência pelo Estado; por outro lado, o disciplinamento social, um processo fundamental na primeira modernidade, que formava os homens, produzindo, ao todo, súditos assíduos, decentes, disciplinados e obedientes às autoridades seculares (OESTREICH, 1969, p. 179-197), ou seja, soldados dispostos e qualificados. Nesse contexto de reformas militares se enquadram as reflexões feitas por Bartolome Scaron de Pavia na sua *Doutrina militar* de 1598, seguindo, em muito, as ideias de Justus Lipsius, filólogo e filósofo contemporâneo famoso.

### **Os fundamentos teóricos: Justus Lipsius, tacitismo e neoestoicismo**

O autor clássico mais citado no período entre 1570 e 1650 é o historiador romano Tácito (58-120 d. C.). Autor de vários escritos, como *De Germania* ou os *Annales*, sua posição política foi caracterizada por uma certa ambiguidade, “oscilando entre uma nostalgia pela República e o reconhecimento do inevitável” (OTTMANN, 2006, p. 239). Esse tacitismo ambíguo – e, com ele, as ideias do neoestoicismo – foi muito atraente nos séculos XVI e XVII. Houve duas linhas diferentes da recepção: a primeira privilegiando a crítica das monarquias e tiranias e suas manobras e manipulações, a segunda defendendo as monarquias e os *arcana imperii* (segredos do domínio). O personagem mais famoso na recepção do tacitismo e do neoestoicismo foi Justus Lipsius (1547-1606), que editou, em 1581, as obras de Tácito e defendeu ideias estoicas em tempos perturbados, no contexto da Guerra dos 80 Anos, em vários escritos.

As escritas mais conhecidas de Justus Lipsius foram *De constantia* (1584) e na área política *Politicorum sive civilis doctrinae* (1589) – a sua obra-prima, várias vezes reeditada e de influência extraordinária, que relaciona as ideias estoicas da Antiguidade (*fatum*) com as bases cristãs (*providentia*), ligando os princípios racionais com a ordem divina. Para ele, se as condições políticas e sociais já não podem mais ser influenciadas ou modificadas, a solução é apostar em atitudes internas de cada um dos indivíduos, usando, frequentemente, metáforas bélicas: guerra interna, perseverança e resistência, disciplina

e disciplinamento. Lipsius exorta tanto o príncipe como os cidadãos a se disciplinarem e se moderarem, enquanto o povo comum não tem essa faculdade de autodisciplinamento e tem que, conseqüentemente, ser disciplinado por força externa. A ideia de autodisciplinamento do governante e dos cidadãos apresenta certa contradição com a doutrina da razão do Estado, defendida por ele, e com as ideias da prudência prática do Estado, que permitem – em continuidade com o pensamento de Nicolau Maquiavel – também a suspensão da moral e do direito. “O direito moral e a flexibilidade quanto à política real estão misturados, de forma estranha e típica para a época do absolutismo e do nascimento do Estado” (OTTMANN, 2006, p. 237).

Com os seus escritos, Lipsius influenciou e interferiu, diretamente – segundo Henning Ottmann (2006, p. 236), que cita, pormenorizadamente, os dados bibliográficos das obras lipsianas – nas reformas militares iniciadas e realizadas por Maurício de Orange, no início dos anos de 1590. Dois dos seus seis livros de *Politicorum sive civilis doctrinae* se referem diretamente às reformas militares nos Países Baixos, como também os escritos *De militia romana* (1595) e *Polioreticon* (1596). Essas obras, entre outras finalidades, versam sobre as práticas militares e o papel do indivíduo numa sociedade em transformação – tema também da *Doutrina militar* de Bartolome Scarion de Pavia.

### **Sociedade estamental e guerra – modificações e mobilidade social**

Para Scarion de Pavia (1598), a criação de uma milícia decorreu da necessidade de restabelecer a harmonia no seio de uma sociedade dividida hierarquicamente em quatro estamentos – uma sociedade derivada, evidentemente, da sociedade feudal medieval, mas também com modificações características.

O topo dessa sociedade caberia aos nobres, uma vez que eles eram os homens mais antigos e possuíam boa reputação, estima, bondade, integridade, melhor juízo e mais experiência sobre os demais. Essas características fariam deles os mais aptos para o uso das armas e mercedores do governo das cidades. O segundo estamento, por sua vez, seria formado pelos bons mercadores, aqueles que outrora trocavam mercadorias por mercadorias e viviam na simplicidade, sem praticar fraudes. Embora o uso da moeda tenha trazido facilidade nas transações mercantis, ela possibilitou que alguns mercadores se transformassem em pessoas perigosas, quando passaram a praticar o embuste no vender e no comprar, criando, assim, a avareza, a maldade, a mentira e a falsidade. Essas mudanças, provocadas pela introdução do dinheiro – assunto

do qual John Locke (1632-1704) trataria, quase 100 anos mais tarde, de maneira semelhante (LOCKE, 2002) – levaram à necessidade de criação de juízes, advogados, procuradores, escrivães, e cujas funções só fizeram aumentar os pleitos, os processos, os registros, as petições e as demandas.

O terceiro estado para a formação de uma cidade ideal deveria ser composto pelos artífices, que proviam as cidades de coisas úteis e necessárias. E, o quarto estado, finalmente, deveria ser composto pelos aldeãos, que, por viverem fora das cidades, arando, cavando, plantando e realizando outros trabalhos honestos, eram os responsáveis pelo abastecimento e pela harmonia da vida humana (SCARION DE PAVIA, 1598, f. 1-3).

Nota-se, portanto, que o autor “pulveriza” os antigos valores da ideologia medieval da trifuncionalidade da ordem social, formada pelos *oratores*, cuja função era espelhar a vontade de Deus na Terra, pelos *belatores*, que tinham a missão de defender a Igreja e os desamparados, e a terceira formada pelos *laboratores*, cuja função era sustentar e eliminar a dor física dos demais com seu trabalho (DUBY, 1994). Esse sistema geral da sociedade feudal sofreu, a partir do surgimento das cidades e do crescimento da camada burguesa, alterações, primeiro nas regiões mais desenvolvidas e avançadas na Itália, aos poucos também nos outros territórios da Europa (GUENÉE, 1981). Apesar de toda a continuidade entre a Idade Média e a Idade Moderna, quanto à estrutura da sociedade, as ideias de Scarion de Pavia refletem um modelo social avançado, quando a camada burguesa ainda em acensão havia encontrado a sua posição consolidada na sociedade.

Para Bartolome Scarion de Pavia, esse equilíbrio foi quebrado<sup>4</sup>, quando os moradores do campo deixaram de cumprir seu verdadeiro papel, e os desocupados das cidades passaram a rejeitar uma vida virtuosa e a provocar a discórdia civil. Diante dessa situação, houve a necessidade de recorrer a homens mais valentes e mais enérgicos, ou seja, homens mais aptos para manejar armas e socialmente honrados para defender e manter o equilíbrio social: “Esta fue la legitima, y razonable causa por la qual en el mundo fue hallada la milícia justa y santa, la qual ahora esta mui alterada de la primera institucion y origen suya” (SCARION DE PAVIA, 1598, f. 3).

A sociedade da primeira modernidade permanece organizada por estamentos, definidos por nascimento, ou seja, a sociedade moderna continuou, em muitos aspectos, com características da Idade Média – apesar das rupturas e transformações, que caracterizaram o advento dos novos tempos. No entanto, houve modificações, e talvez um maior grau de mobilidade e flexibilidade no

cume da sociedade política, que se reflete também, de certa forma, na *Doutrina militar*.

Os príncipes e monarcas começaram a servir-se de indivíduos da baixa nobreza, qualificados (com Ensino Superior), talentosos, dependentes do favor real e leais, livrando-se dos representantes da alta nobreza, considerados como concorrentes, nos cargos do governo, sem questionar todo o sistema social. Um dos reis mais absolutistas no século XVIII, Frederico Guilherme I da Prússia (1688-1740), utilizou, por exemplo, em maior número, pessoas de origem burguesa e da baixa nobreza, desprezando os privilégios da nobreza mais alta. Manifestou-se, aos poucos, naquela sociedade uma concorrência entre a nobreza antiga e tradicional e a nobreza nova, de ofício e, frequentemente, de origem burguesa como também na França (*noblesse de robe* e *noblesse d'épée*).

Em plena conformidade com o padrão social tradicional, Bartolome Scarion de Pavia considerou, por um lado, imprescindível que o capitão-geral, assim como o mestre de campo e o capitão da infantaria, procedesse da nobreza e, se possível, que fosse rico, de boa fama e de boa reputação. Para Scarion de Pavia, o homem vulgar tem por costume a má vontade e a inclinação de submeter-se aos que sabem. Por ser de baixo estado e condição, um capitão-geral jamais adquiriria glória e honra. Os ricos, por sua vez, não cobiçariam os bens dos pobres e do rei, pois a generosidade do nascimento determinaria sua reputação e reverência. Essas características fariam com que, nas adversidades e no trabalho, nunca se rebaixariam. Além de tudo, por mais que as obrigações fossem desfavoráveis, elas o tornariam mais varonil, e lhe dariam força para entrar em uma batalha e vencer seus inimigos. O valor da sua coragem seria inerente ao seu nascimento, e a descendência de sua linhagem seria natural (SCARION DE PAVIA, 1598, f. 9-10).

Ainda que considere a guerra uma arte reservada aos nobres, Bartolome Scarion de Pavia, citando Platão, afirma, por outro lado, que a própria guerra possibilitaria, ainda que em grau inferior, que homens de estrato inferior alcançassem a nobreza.

[...] hay demas de la principal nobleza a qual es la que deriva de nuestros pasados justos y, buenos, otra nobleza, que el hombre se adquiere y grangea mediante las hazañas, y por los sus hechos señalados en la guerra, ayudándose de su propia virtud y valor sin el sabor de nadie [...]  
(SCARION DE PAVIA, 1598, f. 11).

Na tradição antiga – por exemplo em Platão (428/427-348/347 a.C.) – e sobretudo na Idade Média era necessário pertencer à aristocracia para almejar a profissão da guerra. No entanto, abria-se, como mostra o fragmento acima, uma possibilidade para esse “enobrecimento” se concretizar por meio de longos anos prestando serviços à guerra, “[...] por rudes y villanos que fuessen, servindo noblemente e virtuosamente diez años continuos en el arte militar, que podian desta manera llegar a ennoblecerce” (SCARION DE PAVIA, 1598, f. 12). Entretanto, segundo o autor, nem todos conseguiriam enobrecer-se. Para atingir esse estágio, as virtudes da guerra deveriam ser aprazíveis e agradáveis a Deus.

Ainda que fosse pobre, não se deveria recusar um capitão valoroso, contudo o rico e poderoso, por ser adornado de bondade e de virtude, apresentava muitas vantagens sobre ele. Enquanto as armas do rico seriam guarnecidas de prata e adornadas de ouro, as do pobre seriam feitas de ferro e de cobre. A superioridade do rico também se realizaria por trazer consigo a nobreza ordinária do ânimo: a magnanimidade, a piedade e a clemência. Magnanimidade para perceber e agir com naturalidade e sem embaraço nos acontecimentos cotidianos; piedade e clemência com todo tipo de gente, sejam inimigos, sejam soldados sob seu comando (SCARION DE PAVIA, 1598, f. 12). Assim, abrir-se-ia uma brecha para a ascensão social no serviço militar, e com ela a profissionalização e cientificação da arte de guerra, ou seja, o uso de uma artilharia que necessitava de cálculos e conhecimentos de arquitetura e matemática para a construção de fortalezas e fortificações.

### **Estado e religião – controle e disciplinamento social**

Bartolome Scarion de Pavia foi convicto que cabe à autoridade legítima e cristã o direito de exercer o poder para dentro e para fora do Estado. Se o emprego da força foi imprescindível para a segurança dos povos gregos e romanos e por isso justo, conclui ele, o advento do cristianismo foi, além de justo, um ato sagrado, principalmente quando conduzido por potentados guerreiros e cristãos, como foi o caso de Carlos Magno (742-814), Filipe II da França (1165-1223) e Ricardo Coração de Leão da Inglaterra (1157-1199). Todos eles, além de reis, foram santos e amigos de Deus por prestarem grandes serviços à sua Igreja, realizando empreitadas para livrar Jerusalém e a Igreja dos inimigos da fé. O autor procura, evidentemente, filiar Filipe II a estes monarcas, que por meio da ação bélica defenderam seus reinos e a fé católica.



[...] el presente Rey Philippe de Austria nuestro Rey, y señor de tantos Reynos, de más del título de Católico que tiene, no merezca también el Magno, por aver siempre defendido la fé de Cristo, y su sancta iglesia contra los Turcos, Moros, y herejes, [...]. Pues desde el advenimiento de Christo a esta parte, no se ha hallado tan grande defensor de su sancta fé, como este gran Philippe. [...] Por lo qual todos los fieles Christianos deven rogar a Dios le dé larga; prospera, y felice vida, que tanto tenemos necesidad della para nos defender de los ravisos canes y Lutheros nuestros principales enemigos (SCARION DE PAVIA, 1598, f. 4-4v).

Bartoloneu Scarion de Pavia defendeu, sem quaisquer restrições, os interesses do seu rei Filipe I<sup>o</sup>, conhecido pela sua fé ortodoxa e considerado na sua época como modelo exemplar de um rei católico. Filipe I havia unido a Península Ibérica sob o seu reinado, liderava a potência política mais poderosa na Europa e defendeu o catolicismo num mundo que havia se tornado, desde as Reformas Protestantes, cada vez mais protestante e dividido (VÁZQUEZ DE PRADA, 2004). Ele combateu tanto a Inglaterra, que havia renegado da fé católica, como as sete províncias rebeldes nos Países Baixos, que contestaram a soberania do rei espanhol e defenderam, com toda a convicção, a religião calvinista (ISRAEL, 1998).

Ao contrário da teoria política do jurista e intelectual francês Jean Bodin (1529/30-1596) – que havia colocado nos seus *Seis livros sobre o Estado*, publicados em 1576, no meio das guerras civis religiosas que abalaram a França, o Estado soberano e secular acima dos partidos religiosos em conflito (MAINKA, 2007; RISCAL, 2001) –, Bartolome Scarion de Pavia retoma a ideologia da missão real como uma autoridade militar a serviço da Igreja. Cabe ao rei Filipe I, como autoridade legítima, o uso da força e da violência nas ações militares, violência esta que só deveria ser conduzida como uma missão para governar seus súditos e defender a fé verdadeira católica. Essa ideia de união entre Estado e religião não era estranha nos tempos “confessionais” após as Reformas Protestantes, quando a união cristã ocidental havia se quebrado, e novas igrejas confessionais surgiram: igrejas protestantes territoriais, seja luteranos, seja calvinistas, e a Igreja Católica renovada a partir do Concílio de Trento (1545-1563).

Os Estados em ascensão aproveitaram essa situação para aumentar a sua influência sobre as igrejas, fortalecer as instituições do Estado e aumentar o controle sobre o comportamento dos súditos e o seu comportamento (disciplinamento social). Esses “processos de confessionalização” (RODRIGUES, 2017) resultaram na consolidação de Estados embasados numa

religião confessional uniforme. Enquanto num primeiro passo, formaram-se Estados religiosamente unificados e consolidados, que lutaram um contra o outro, aumentando o número de conflitos religiosos, num segundo passo, desenvolveram-se ideias de tolerância. A ação conjunta da Coroa Espanhola e da Igreja Católica, destacada por Bartolome Scarion de Pavia, é um exemplo do Estado confessional dos séculos XVI e XVII, quando a Espanha foi considerada o modelo exemplo de um Estado católico ortodoxo, implacável e inquisitorial. As raízes dessa cooperação remontam, conforme Jean Flori, até os tempos medievais:

Los reyes se describen en ellas como santificados en el ejercicio de su misión, que consiste en actuar por el bien, usando la benevolencia hacia los buenos y asegurándoles su protección, pero también en castigar a los malos, a los malhechores, a las herejías y a los falsos cristianos, y a todos aquellos que causen daño a las Iglesias y al pueblo de Dios (FLORI, 2003, p. 132).

Segundo Scarion de Pavia, portanto, caberia ao rei católico o uso legítimo da violência contra os malfeitores e desviantes religiosos – uma posição resultante de uma tradição medieval e, ao mesmo tempo, reflexo do Estado religioso-confessional. Este Estado consolidado aumentou também o seu controle sobre a sociedade, composta por indivíduos, assim como o capitão-geral dirigiu, rigidamente, as milícias, impondo, se for necessário, limites aos soldados. Usando a metáfora de um cavalo, Bartolome Scarion de Pavia explica:

Debe con destreza hacer obedecerse, e se necesario que sepa mesclar o rigor con o amor, e mudar de naturaleza segundo las ocurrencias, y según la condición de la fortuna en que el hombre se halla, porque la obediencia es la principal cosa, y la que es más necesaria en la milicia, y sin ella todo es de ningún valor (SCARION DE PAVIA, 1598, f. 9).

Robert Muchembled (2010, p. 118) afirma que o controle da violência não foi uma exclusividade do Estado nascente, pois, em muitas cidades, coube à organização das municipalidades empregar grandes esforços para produzir consenso social e dirigir a conduta de seus membros. Porém, foi o Estado em formação, nascido no meio dos conflitos confessionais e com base nas doutrinas eclesiástico-morais, que aumentou a fiscalização social dos seus súditos.

Nesse contexto, é necessário voltar ao conceito do disciplinamento



social, defendido por Gerhard Oestreich (1969), para explicar os efeitos e as consequências do crescimento do Estado e das suas atividades na primeira modernidade. O Estado daquela época aproveitou o processo da confessionalização para aumentar o grau de controle sobre a sociedade (REINHARD, 2002; SEELAENDER, 2009). Estendendo a sua atuação sobre a área da religião e educação, os Estados começaram a vigiar a ortodoxia religiosa e a conduta dos homens, interferindo no vestuário, nas festas e no cotidiano, uniformizando os comportamentos e disciplinando os súditos. Essa política de disciplinamento social se manifestou numa multiplicidade de ordens, ordenações, regulamentos, prescrições, estatutos etc. (p. ex. *Polizey-Ordnungen*), outorgados nos séculos XVI e XVII para organizar a vida social nos Estados religioso-confessionais (SEELAENDER, 2009).

### **O capitão-geral – senhor, especialista e profissional da guerra**

Segundo a *Doutrina militar*, toda guerra só seria perfeita se fosse conduzida por um capitão-geral excepcional, que reunisse princípios cristãos com racionalidade e estratégias militares, já que o sucesso ou o fracasso da milícia dependeria da sua capacidade de harmonizar princípios morais cristãos com a ciência da arte militar. Para que seja perfeito, ele precisaria possuir títulos, ser respeitado pelos seus comandados e ser temido pelos inimigos; também teria de ser nobre e ter o rei como seu guia e, sobretudo, ser um bom cristão e amigo de Deus e de Nossa Senhora. Citando Santo Agostinho, Scarion de Pavia juíza que, para aqueles que conduzem a guerra, não deveria faltar religião, a rainha de todas as virtudes (SCARION DE PAVIA, 1598, f. 5v-6v). O autor dedica numerosas páginas a respeito desse oficial, o que possibilita a reconstrução e a idealização da sua função militar na estruturação do nascente Estado Moderno.

Na opinião de Scarion de Pavia, apenas qualidades morais não eram suficientes para dignificar um verdadeiro capitão, pois necessitaria somar a elas a capacidade de raciocínio e as características físicas. Para a condução da guerra, esse capitão não poderia ser novo, para que nunca cometesse a soberba e o atrevimento, e nem velho, por causa da fraqueza e da debilidade natural da idade. Deveria ser escolhido um capitão que tivesse entre uma e outra idade, pois nela consistiria a sua virtude. Tal virtude revelar-se-ia pela força, pelo vigor de um espírito ainda não consumido pela velhice e, se possível, pela experiência em guerras.

A acentuação da virtude lembra, evidentemente, o conceito da *virtù*, ou seja,

da virtude de Maquiavel – uma capacidade complexa do príncipe, associada com virilidade, com conhecimento e experiência no manejo de armas e na arte de guerra e com energia, firmeza e determinação (SKINNER, 1996). Se os projetos resultarem em sucessos ou em fracassos, isso depende não somente da virtude do príncipe, mas também da fortuna. No conceito do florentino Maquiavel, virtude e fortuna proporcionam juntas o êxito das ações (MAQUIAVEL, 2010, p. 131-134).

A milícia, segundo Bartolome Scarion, se for levada a cabo, imitando a disciplina das antigas milícias romanas, eternizaria os homens e sua pátria. Para Kleinschmidt, as guerras dos séculos XV e XVI marcaram uma fase dramática da expansão militar e potencializaram de modo autodinâmico a conduta nelas adotada.

Esto significaba que todo guerrero se esperaba que hiciera en su propio beneficio un uso independiente de las energías contenidas en su propio cuerpo. En consecuencia, recompensaban aquellas acciones a través de las cuales un guerrero pudiese demostrar su predisposición personal y su capacidad para usar sus propias energías físicas a fin de superar a su oponente. [...] Ello aumentó la inclinación a participar en operaciones militares arriesgadas y comportó la expansión de las actitudes belicosas y la predisposición a las acciones violentas (KLEINSCHMIDT, 2009, p. 225).

Entretanto, caberia ao capitão agir com bom raciocínio e ter capacidade para usar o discurso visando ponderar e entender melhor os limites da arte militar, pois é seu dever terminar a maior parte dos negócios por *motu próprio*. Para a utilidade da guerra, competiria a ele estimular, persuadir e disciplinar os soldados na execução de suas funções, principalmente os que ocultam suas “enfermidades”.

[...] para el provecho del exercito, y para aliviar la pena de los accidentes y adversos casos, la buena habla y razonamiento del Capitán se debe mas desear que la industria, y arte de los medicos y cirujanos, los cuales no tiene otro cargo sino curar las heridas, mas el Capitán con dulce e cortes manera de hablar conforta, y alegra en gran manera los animos débiles y afligidos, que es curar las enfermedades que estan en los pechos ocultas y escondidas, las cuales son más dificultosas de curar, que son aquellas que se pueden ver y tocar (SCARION DE PAVIA, 1598, f. 7v).

Se, por um lado, a *Doutrina militar* de Scarion de Pavia (1598) autoriza o uso da violência em nome do monarca, por outro, há que se controlar a sua aplicação, signo importante do controle dos indivíduos pelo Estado nascente. Como pondera Peter Haidu, naquele contexto houve uma ação de internalização do universo íntimo do homem, e a própria organização social passou a se proteger contra antigos impulsos de liberdade, “[...] uma declaração de guerra contra velhos instintos, os quais até então haviam constituído a base do poder e a da satisfação do Homem” (HAIDU, 2004, p. 131). Nesse processo cabe, segundo o autor, aos homens especializados nas técnicas e no uso de antigas e novas armas, que se tornam imprescindíveis para o bom ordenamento dos Estados em vias de constituição. Sobre a ascensão dessa categoria social, Norbert Elias afirma:

A grande corte real permanece durante certo período no centro da teia social que estabelece e mantém em movimento a civilização da conduta. Ao estudar a sociogênese da corte, encontramos no centro de uma transformação civilizadora especialmente pronunciada e que é condição indispensável para todos os subsequentes arrancos e recuos do processo civilizador. Vemos como, passo a passo, a nobreza belicosa é substituída por uma nobreza domada, com emoções abrandadas, uma nobreza de corte. [...]. No ocidente, a transformação dos guerreiros iniciou-se e prosseguiu com grande lentidão nos séculos XI ou XII até que, devagar, chegou a sua conclusão nos séculos XVII e XVIII (ELIAS, 1993, p. 216).

Um capitão-geral, que conduzisse uma verdadeira milícia em nome do rei precisaria, portanto, possuir um caráter exemplar e equilibrado, unindo a caridade à justiça. Também se esperava que o capitão fosse moderado, continente, casto, pois viver em deleites arrastaria os homens para coisas sem importância. Da mesma forma, ele deveria ser sóbrio e temperado no beber e no comer, para manter-se sempre atento e vigilante aos primeiros sinais de mudança. Assim, Scarion de Paiva também recupera as virtudes cardeais da Antiguidade clássica, defendidas por Cícero (106-43 a.C.), Tácito e Sêneca (4 a.C.-65 d.C.) e retomadas pelo neoestoicismo ao destacar que a moderação ou temperança (*temperantia*), a prudência e a fortaleza (*fortitudo*) servem como máximas de ação para os governantes e dirigentes. Por isso ele necessitaria



evitar as refeições cheias de delicadezas, de curiosidades e de diligências, pois elas poderiam transformar em vaidade e arruinar os exércitos (SCARION DE PAVIA, 1598, f. 8v.).

Em Scaron de Pavia percebe-se que há, ainda que indiretamente, referências à *Nova milícia*, de Bernardo de Claraval (1090-1153), quando este afirma que, mesmo não estando em guerra, o soldado teria que viver como monge se desejasse seguir como verdadeiro Cavaleiro de Cristo. “Se abstiene de todo lo superfluo y solo se preocupan de lo imprescindible. Viven en común, llevan un tenor de vida siempre sobrio y alegre, sin mujeres y sin hijos” (CLARAVAL, 2005, p. 48). Como afirma o medievalista Carlos de Ayala Martínez, o abade cisterciense São Bernardo de Claraval, com a obra *Liber ad milites templi*, foi um grande entusiasta da cavalaria medieval, assim como na redação da Regra Primitiva dos Templários, sob sua autoria, aprovada pela Igreja de Roma no Concílio de Troyes de 1129. Com apoio da nova milícia,

El abad de Claraval representa, como pocos personajes de su época, el espíritu de la *Iglesia militante*, una realidad conceptual nacida de la experiencia eclesial de finales del siglo XI; fue entonces cuando un viejo triunfalismo no ajeno a planteamientos escatológicos da paso a una concepción más realista en la que la Iglesia y su amenazada existencia parecían exigir de los fieles un plus de comprometida actividad; era el triunfo que Cristo esperaba de quienes pudieran contribuir a la defensa de las institución eclesial en su largo peregrinaje terrenal (AYALA MARTÍNEZ, 2012, p. 47s.).

Os exemplos dos cavaleiros cruzados – como Godofredo de Boillon (1060-1100), duque de Lorena, e um dos líderes da Primeira Cruzada – serviram, evidentemente, como modelos para o ideal capitão-geral. Como um cavaleiro cristão e sábio, ele não deve matar ninguém com as próprias mãos, exceto nas guerras e nas batalhas justificadas, pois somente por meio de guerras autorizadas as vitórias podem ser honradas, caso contrário, deveria ser castigado conforme a justiça e a ordem militar estabelecida. Ainda que as penas fossem arbitrárias, segundo a qualidade dos delitos, as insubordinações e as traições que causassem prejuízos ao rei deveriam, por ordem expressa dele, levar os faltosos à morte (SCARION DE PAVIA, 1598, f. 9-9v). Temos aqui um exemplo clássico da reivindicação da violência por parte do Estado nascente, e a exclusão de qualquer poder intermediário (feudal), que tanto interferiu na política dos

Estados Medievais, onde o poder do soberano não havia se consolidado. Ainda que as reflexões de Joseph Strayer (1985) afirmem que, a partir do século XIV, o desenvolvimento das instituições e a lealdade ao Estado podiam se sobrepor às outras formas de poder, em Scaron de Pavia as milícias necessitariam, acima de tudo, serem feitas para honrar não somente os monarcas, mas sobretudo Deus.

Para Scaron de Pavia, a exemplo dos grandes heróis do passado, que imortalizaram as suas guerras, o verdadeiro capitão precisaria não só vencer, mas propagar as suas ações, e para que elas ganhem grandeza, é necessário que ele transforme os soldados em “feras”, como os leões. Entretanto, em seguida à vitória, haveria que mostrar quanto o capitão é benigno, clemente e piedoso. Os arquétipos de bravura são tomados dos grandes vultos da Antiguidade, como Alexandre Magno ou Sólon (640?-558 a.C.), todos homens que, ao término da guerra, em que foram empregados todos os tipos de violência contra seus inimigos, tornaram-se misericordiosos. Ou seja, vigoroso como os heróis da antiguidade, mas caritativo como deveria ser todo capitão e monarca cristão (SCARION DE PAVIA, 1598, f. 13-13v).

O bom capitão, para dominar os ofícios da guerra, teria que saber profundamente sobre os “segredos” da arte militar para conduzir uma batalha eficiente. Precisaria ainda conhecer e estudar profundamente os inimigos e empregar toda a força possível para que vissem nele “siempre en un ser invencible” (SCARION DE PAVIA, 1598, f. 14v). O verdadeiro sucesso da milícia dependeria, sobretudo, dos bons exemplos, do autocontrole e da austeridade do capitão, que necessitaria mandar com bons termos e não passar dos limites; ser leal e cumpridor das promessas com pontualidade (SCARION DE PAVIA, 1598, f. 15v-16).

Mostrando grande erudição, Scaron de Pavia descreve uma série de guerras travadas por grandes generais macedônios, cartagineses, gregos e romanos, e exemplifica os motivos pelos quais alguns tiveram sucesso, e outros, não. Para ele, os principais motivos dos fracassos das batalhas estariam relacionados ao uso dos exércitos mercenários, que deveriam ser acionados somente em caso de extrema necessidade. Nesse contexto, o monarca desempenharia um papel decisivo nas guerras realizadas por tropas que estivessem em conformidade com sua doutrina católica. Ao empregá-las, o monarca precisaria ser prudente e conhecedor das experiências passadas, já que a falta de zelo levou à derrota e à ruína grandes civilizações. Nesse sentido:

[...] se debe fortalecer con la fuerça de sus súbditos naturales sin hazer caso de dar sueldo a soldados estraños, ni debe hazer dellos su principal caudal y fuerça por el peligro dicho, mas quando fuesse forçado de los tomar no han de ser tantos que sean yguales a los suyos (SCARION DE PAVIA, 1598, f. 18).

Na sua argumentação, Scarion de Pavia segue os conselhos do Nicolau Maquiavel, que havia compartilhado dúvidas em relação às tropas mercenárias:

As (armas) mercenárias ou auxiliares são inúteis e perigosas; e, se alguém basear seu Estado em armas necessárias, nunca estará seguro nem terá estabilidade, porque tais tropas são desunidas, ambiciosas, sem disciplina, infieis, valentes entre os amigos e vis diante dos inimigos, sem temor a Deus nem fé nos homens (MAQUIAVEL, 2010, p. 86).

Devido a todos esses defeitos, também Scarion de Pavia destaca a importância de tropas próprias nas guerras – compostas por súditos da terra, que compartilham os mesmos valores e sobretudo a mesma religião.

### **Manual prático de uma guerra cristã, racional e inteligente**

Após ter traçado o perfil do capitão-geral e sua importância como principal personagem da estrutura militar para sustentar uma monarquia cristã, o nosso autor detalha a partir de exemplos do passado como deveria ser racionalizada a totalidade de um exército nos seus aspectos humanos e materiais. Preocupa-se, sobretudo, com sua dimensão e a eficiência das armas; quem poderia conduzir o exército e de que maneira e quando uma guerra seria deflagrada; como agir em situação de inferioridade de soldados; como estruturar uma logística para sitiar cidades e fortalezas; como proceder diante da resistência do inimigo, principalmente quando o número de inimigos for maior que o esperado; quais tipos de profissionais e de homens de confiança deveriam participar da ocupação e da manutenção do espaço conquistado; quais os perfis do general, do coronel, do sargento maior, do capitão de infantaria, dos encarregados de empunhar as bandeiras, do sargento da companhia, dos cabos de esquadra, dos soldados e, por fim, das armas mais propícias para as diferentes situações de guerra.

A atenção com os detalhes torna-se quase uma obsessão do autor, que vai desde o cuidado com o governo do corpo até o preparo de armas e de equipamentos

de guerra. Para concluir, é importante considerar que, apesar de dedicar sua obra a Filipe I (PARKER, 2010), como um guia prático de como uma guerra necessitaria ser arquitetada nos seus aspectos materiais, não obscureceu, como evidencia o fragmento abaixo, o sentido das batalhas sagradas ao acreditar que a vitória só seria alcançada se os soldados estiverem limpos de todo gênero de vícios e purgados de todos os pecados.

También será bueno, que asi como el exercito es de Christianos, assi el Capitan general en su estandarte truxesse a Iesu Christo crucificado con aquellas sanctas y virtuosas palabras *Christus vincit, Christus regnat, Christus imperat*, con acordarse de que al Magno Constatino fue dicho, *in hoc signo vinces*, de la sancta cruz y otros Capitanes en sus banderas non truxessem leones, ossos, lobos, dragones, serpientes, ni otras semejantes bestias, si no algun sancto o sancta, o nuestra Señora, según su particular devoción de los Capitanes, porque estos sanctos y sanctas debaxo de los quales el exercito será guiado, de continuo ruegen y interceden à nuestro Señor Dios por la salud y victoria del exercito nuestro Christiano (SCARION DE PAVIA, 1598, f. 24v-25).

Em relação às atitudes, aos deveres, aos comportamentos e aos homens ideais para condução dessas guerras, podemos concluir que, embora o autor esteja escrevendo um livro cujo objetivo é fornecer um modelo ideal de exército para uma realidade ibérica do século XVI, a sua narrativa retoma algumas ideias de cruzadas desenvolvidas no ocidente cristão. Nesse sentido, ele glorifica a “violência sagrada” dos soldados não mais como missão em favor da Igreja para libertar Jerusalém da ocupação muçulmana, mas sim como uma tarefa para harmonizar e edificar um exército excepcionalmente treinado para levar a cabo os projetos políticos de Filipe I como expressão máxima do poder político no contexto da União Ibérica.

As questões políticas e militares tornam-se, como nos espelhos de príncipes na virada da Idade Média para a primeira modernidade, uma questão da virtude sobretudo das elites. Prudência, racionalidade e virtude no exercício do poder caracterizam o governante e o dirigente militar ideais. Nos tempos da confessionalização, cabe à religião um papel importante na construção da identidade territorial, da união entre Estado confessional e sociedade, governo e súditos (um rei, uma fé e uma lei). O exercício do poder é orientado na razão e prudência, ligado às virtudes clássicas e à moral cristã – virtudes reservadas,

quase que exclusivamente, às elites, incluindo, porém, na prática política real, caso a razão do Estado exija, o direito de ultrapassar os limites do código moral e cristão.

Após distinguir as qualidades morais e religiosas dos combatentes, Bartolome Scaron de Pavia procura “colocá-los” no verdadeiro campo de batalha. Temos aqui um excelente tratado de logística militar que recupera algumas táticas e alguns comportamentos de séculos anteriores, mas que é, sobretudo, um texto de instrução belicista minuciosamente escrito com propósitos instrutivos a serviço das monarquias modernas.

Para o autor, uma batalha deveria começar bem antes dos confrontos bélicos e, para que isso seja exequível, é fundamental que aqueles que a dirigem conheçam profundamente o exército oponente: o tamanho do efetivo militar, a capacidade defensiva, o poderio da diversidade das armas, as edificações, o contingente populacional, incluindo-se aí civis, a topografia do seu território, a relação desta com as alterações climáticas, as fontes naturais de abastecimento e a capacidade de armazenamento, entre outras. Ainda segundo o autor, do ponto de vista de quem ataca ou assedia uma fortaleza ou uma cidade, também haveria que calcular o que fazer após uma presumível vitória, assim como quais as medidas emergenciais em caso de um revés. Um exemplo sobre essas preocupações pode ser conferido no fragmento a seguir:

Hallandose en camapaña contra outro exercito ygual o mayor que el suyo, sea muy prudente, cauto y cuerdo, assi en lleuar como conducir y alojar su gente, deue considerar la propinquidad, calidad, y quantidad, de los enemigos, y no contentarse con elegir buen lugar para assentar el campo si se pudiera hallar otro mejor, y sobre todo, que el puesto adonde o viere de alojar tenga quantidad de agua, y que no se le puede quitar cõ facilidade, y prestamente mandará hazer las fossas y trincheas por estar mas fortificado, y mas seguramente sustentar impeeos súbitos, y los acomedimentos ocultos de los enemigos (SCARION DE PAVIA, 1598, f. 25).

O autor dedica uma parte do texto às possíveis adversidades de uma batalha em curso. Para ele, é justamente nesta situação que se observaria as qualidades de um verdadeiro capitão, pois haveria que saber improvisar conforme a realidade se lhe apresenta. Além de ocupar-se de infiltrar espiões no exército inimigo, refazer os planos para manter seu exército ocupado, e, sobretudo, estimular

um sentimento de amor entre os soldados, já que “[...] poner em la ordença junto hermano com hermano, y amigos con los amigos, porque en los peligros el amor los haze pelear mas valerosamente, defendendose amorosamente el uno al otro” (SCARION DE PAVIA, 1598, f. 30).

Ademais, uma batalha pode ser um grande “teatro”, em que o fator psicológico joga a favor de quem sabe melhor encenar. Em plena guerra, mesmo que morra o capitão, ou que uma divisão esteja sofrendo baixas, há que executar instrumentos, ou gritar palavras a anunciar vitória para atemorizar os inimigos e, ao mesmo tempo, aumentar o ânimo dos comandados, “[...] porque aun que no seja verdad, será de mucha utilidad y provecho de la mentira quando la pelea esta muy encendiada [...]” (SCARION DE PAVIA, 1598, f. 32v).

### Considerações finais

Concluimos que, embora a preocupação de Bartolome Scarion de Pavia seja escrever a obra *Doutrina militar* espelhando-se nos modelos das guerras e dos homens do passado, sejam eles da antiguidade pagã ou do cristianismo medieval, seu discurso eloquente e motivacional destina-se à realidade dos exércitos e dos ofícios das guerras do século XVI. Assim, a sua narrativa retoma algumas ideias de cruzadas desenvolvidas no Ocidente cristão, onde o tempo religioso e militar encontram-se fundamentalmente unidos. Nesse sentido, ele glorifica a “violência sagrada” dos soldados não mais como missão em favor da Igreja para libertar Jerusalém da ocupação muçulmana, mas sim como uma tarefa para harmonizar e edificar um exército excepcionalmente treinado para levar a cabo os projetos religioso-políticos de Filipe I como expressão máxima do poder político no contexto da União Ibérica.

A ideologia medieval das cruzadas com seu componente militar teve fortes repercussões na Península Ibérica durante o período da reconquista territorial. Num processo longo e moroso, a reconquista dos territórios perdidos aos muçulmanos só foi finalizada pelos portugueses em meados do século XIII, e em Castela, em 1492, com a tomada do Emirado Nasrida de Granada pelas tropas dos reis católicos.

A reconquista marcou a sociedade ibérica – e contribuiu para a sua configuração – na relação com os muçulmanos, especialmente para uma certa militarização da sociedade política. A prática militar, exercida por muitos séculos na recuperação territorial, favoreceu, evidentemente, os países ibéricos na conquista do Novo Mundo, e tornou-se uma faculdade imprescindível nos

conflitos bélicos do período confessional, quando Estado e religião andavam de novo de mãos dadas, mas, desta vez, sob a direção de um Estado a caminho de consolidação. As transformações ocorridas no Estado e na sociedade na virada para a primeira modernidade, refletem-se, de forma exemplar, na *Doutrina militar*, sendo um verdadeiro texto de transição com elementos medievais e modernos.

Nesse sentido, o caráter religioso do Estado não foi totalmente abandonado, porém suas bases edificam-se na razão e na ciência como no (auto)controle e disciplinamento social, como mostra, exemplarmente, a *Doutrina militar* de Bartolome Scarion de Pavia. Esta é uma obra que se preocupa em fornecer um guia e uma inspiração para proceder nas particularidades e na totalidade das batalhas, em que a logística, os cuidados, as estratégias, as tomadas de decisões não podem ser falhas. Assim, o homem ocupa o lugar central das suas ações, porém nunca deve se esquecer que sua meta é a vitória em prol do governante e do reino.

### Referências

ALVAREZ, Fernando Bouza. *Portugal no tempo dos Filipes: política, cultura, representações (1580-1668)*. Lisboa: Edições Cosmos, 2000.

AYALA MARTÍNEZ, Carlos de. *La orden del cister y las órdenes militares*. In: COLÓQUIO INTERNACIONAL, CISTER, OS TEMPLARIOS E A ORDEM DE CRISTO, 1., 2012, Tomar. *Actas [...]*. Tomar: Instituto Politécnico de Tomar, 2012.

BLACK, Jeremy. *A military revolution?: military change and european society 1550-1800*. Basingstoke: Red Globe Press, 1991. (Studies in European History).

CLARAVAL, Bernardo de. *Elogio de la nueva milicia templaria*. Traducción Iñaki Aranguren, Anne-Hélène Suarez Girard. Madrid: Ediciones Siruela, 2005.

DOLLINGER, Heinz. Lipsius, Justus. In: NEUE Deutsche Biographie, 1985. v. 14, p. 676-680. Disponível em: <https://www.deutsche-biographie.de/pnd11857342X.html#ndbcontent>. Acesso em: 11 dez. 2018.

DUBY, Georges. *As três ordens, ou o imaginário do feudalismo*. Lisboa: Estampa, 1994.

ELIAS, Norbert. *O processo civilizador: formação do Estado e civilização*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 1993. 2 v.



FERREIRA HENRIQUES, Luíz Miguel. *La arenga militar en la historiografía, en la épica y en los tratados militares en lengua portuguesa y en lengua latina del siglo XVI*. 2012. Tesis (Doctorado) – Facultad de Filosofía y Letras, Universidad de Extremadura, Cáceres, 2012.

FERREIRA HENRIQUES, Luíz Miguel. Retórica e historiografia: a arenga militar no séc. XVI. *Humanitas*, Coimbra, v. 66, p. 349-365, 2014. Disponível em: [https://digitalis-dsp.uc.pt/bitstream/10316.2/35109/1/Humanitas66\\_artigo18.pdf](https://digitalis-dsp.uc.pt/bitstream/10316.2/35109/1/Humanitas66_artigo18.pdf). Acesso em: 1 dez. 2018.

FLORI, Jean. *La guerra santa: la formación de la idea de cruzada en el occidente cristiano*. Madrid: Editorial Trotta, 2003.

GUENÉE, Bernard. *O ocidente nos séculos XIV e XV* (os Estados). São Paulo: Livraria Pioneira: Ed. da USP, 1981. Original em francês, 1971.

Haidu, Peter. *Sujeito medieval / moderno: texto e governo na Idade Média*. São Leopoldo: Unisinos, 2006. Original em inglês, 2004.

ISRAEL, Jonathan. *The Dutch Republic: Its rise, greatness and fall (1477-1806)*. Oxford: University Press, 1998.

KLEINSCHMIDT, Harald. *Comprender la edad media: la transformación de ideas y actitudes en el mundo medieval*. Madrid: Akal, 2009.

LIPSIUS, Justus. *De constantia libri duo*. Lugdunum Batavorum: [s. n.], 1628. A primeira edição é de 1584.

LOCKE, John. *Segundo tratado sobre o governo*. São Paulo: Martin Claret, 2002.

MACHIAVELLI, Niccolò. *Dell'arte della guerra*. [Repubblica Fiorentina: s. n.], 1520.

MAINKA, Peter Johann: A França na época do confessionalismo (1516-1598): a reforma protestante e as guerras civis religiosas. In: MAINKA, Peter Johann (org.). *A caminho do mundo moderno: concepções clássicas da filosofia política no século XVI e o seu contexto contemporâneo*. Maringá: EDUEM, 2007. p. 263-286.

MAQUIAVEL, Nicolau. *O príncipe*. São Paulo: Penguin Classics: Cia das Letras, 2010.

MUCHEMBLED, Robert. *Una historia de la violencia: del final de la edad media a la actualidad*. Madrid: Paidós Contextos, 2010.



OESTREICH, Gerhard. Strukturprobleme des europäischen absolutismus. In: OESTREICH, Gerhard. *Geist und gestalt des frühmodernen staates*: Ausgewählte Aufsätze. Berlin: Duncker & Humblot, 1969. p. 179-197.

OTTMANN, Henning. *Die Neuzeit von Machiavelli bis zu den großen revolutionen*. Stuttgart: Verlag J. B. Metzler, 2006. (Geschichte des politischen Denkens).

PARKER, Geoffrey. *Felipe II: la biografía definitiva*. Barcelona: Planeta, 2010.

PARKER, Geoffrey. *The military revolution: military innovation and the rise of the west (1500-1800)*. Cambridge: University Press, 1988.

REINHARD, Wolfgang. *Geschichte der staatsgewalt: eine vergleichende Verfassungsgeschichte Europas von den Anfängen bis zur Gegenwart*. München: Verlag C. H. Beck, 2002. A primeira edição é de 1999.

REINHARD, Wolfgang. Pressures towards confessionalization? prolegomena to a theory of the confessional age. In: DIXON, C. Scott. (ed.) *The German reformation*. Oxford: Blackwell, 1999. p. 169-192.

RISCAL, Sandra Aparecida. *O conceito de soberania em Jean Bodin: um estudo do desenvolvimento das ideias de administração pública, governo e Estado no século XVI*. 2001. Tese (Doutorado) – Faculdade de Educação UNICAMP, Campinas, 2001.

RODRIGUES, Rui Luis. Os processos de confessionalização e sua importância para a compreensão da história do Ocidente na primeira modernidade (1530-1650). *Tempo*, Campinas, v. 23, n. 1, p. 7-21, jan./abr. 2017. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1413-77042017000100001&lng=en&nrm=iso&tlng=pt](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-77042017000100001&lng=en&nrm=iso&tlng=pt). Acesso em: 16 mar. 2019.

ROGERS, Clifford J. (org.). *The military revolution debate: readings on the military transformation of early modern europe*. Boulder: Westview Press, 1995.

ROSSI, Paolo. *O nascimento da ciência moderna na Europa*. Bauru: EDUSC, 2001. Original em italiano, 1997.

SCARION DE PAVIA, Bartolome. *Doctrina militar*. Lisboa: Pedro Crasbeeck, 1598.

SCHILLING, Heinz. *Konfessionalisierung und Staatsinteressen 1559-1660*. Paderborn: Ferdinand Schöningh, 2007. (Handbuch der Geschichte der Internationalen Beziehungen, v. 2).

SEELAENDER, Airton Sequeira Leite. A “polícia” e as funções do estado: notas



sobre a “polícia” do Antigo Regime. *Revista da Faculdade de Direito/UFPR*, Curitiba, n. 49, p. 73-87, 2009. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/direito/issue/view/969/showToc>. Acesso em: 3 ago. 2019.

SKINNER, Quentin. *As fundações do pensamento político moderno*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996. Original em inglês, 1978.

STRAYER, Joseph. R. *As origens medievais do estado moderno*. Lisboa: Gradiva, 1985.

VÁZQUEZ DE PRADA, Valentín. *Felipe II y Francia (1559-1598): política, religión y razón de estado*. Pamplona: Funsu: Ediciones Universidad de Navarra, 2004.

VITORIA, Francisco de. *Vorlesungen (relectiones): völkerrecht, politik, kirche*. Stuttgart: Verlag W. Kohlhammer, 1997. 2 v. Edição Bilíngue.

#### Notas

<sup>1</sup>Julius-Maximilians-Universität Würzburg / Alemanha; (JMUW); Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) em Florianópolis.

<sup>2</sup>Departamento de História da Universidade Estadual de Maringá (UEM).

<sup>3</sup>De origem castelhana (toledana), Juan de Silva tinha mãe portuguesa (Beatriz de Silveira); herdou do seu sogro, conde de Portalegre, a mordomia-mor portuguesa (ALVAREZ, 2000, p. 318, nota 35).

<sup>4</sup>Obviamente, o autor desconsidera as mudanças fundamentais ocorridas na transição da Idade Média para o Período Moderno: O Estado em crescimento projetava formar territórios fechados – em contraste com as relações pessoais de poder, que prevaleceram antes – e monopolizar os seus direitos em detrimento dos poderes intermediários. Os camponeses, por exemplo, estiveram sob uma pressão enorme, perderam as áreas comunitárias e não tinham outra opção senão fugir para as cidades.

<sup>5</sup>Doravante denominaremos Filipe II da Espanha e I de Portugal simplesmente Filipe I em referência ao primeiro rei dessa dinastia que governou Portugal, a partir de 1581.